

VIOLÊNCIA E RISCO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

por

Angelina Peralva*

1. INTRODUÇÃO

Quaisquer que sejam o grau e a intensidade da violência efetivamente vivida por cada um de nós, o sentimento de violência parece mais presente que nunca na experiência contemporânea. Minha tese principal no que se refere aos quadros possíveis de interpretação desse fenômeno apóia-se na associação entre violência e risco, e mais precisamente no sentimento de risco que hoje governa as relações entre os indivíduos e o mundo. Mais do que simples fato material, a violência é em parte também a maneira pela qual se designa o sentimento desse risco interiorizado.

Portugal certamente não escapa a essa lógica. Ainda que, considerado pelo olhar externo de uma franco-brasileira, o país apareça como uma democracia em sentido pleno, onde os conflitos sociais, culturais e políticos se expressam através de seus canais próprios, com uma coletividade nacional relativamente mais protegida de uma série de tensões vividas com maior intensidade por outros países da Europa. Se o desemprego, a exclusão, o racismo e a ameaça representada pela extrema direita, que continuam a constituir hoje em vários países a face sombria da integração européia, existem em Portugal, eles não têm aí, me parece, a mesma importância que em outros lugares.

Minha dupla referência cultural, e a dupla vida acadêmica que conduzi durante mais de dez anos, levaram-me a refletir sobre essas questões principal-

* Socióloga, professora da Universidade de Toulouse II (Le Mirail), antiga professora da Universidade de São Paulo, pesquisadora do Centre d'Analyse et d'Intervention Sociologiques (CADIS – CNRS/EHESS), Paris.

mente do ponto de vista de dois países muito diferentes, e talvez mesmo opostos, a França e o Brasil. Em ambos, não obstante, uma constatação comum iria ser formulada em fins dos anos oitenta: quanto aos limites da teoria que havia permitido *pensar* a realidade social como um produto da ação coletiva – produto de conflitos e negociações de atores sociais; e pensar a vida política a partir de um princípio de representação desses atores sociais – que é o próprio da democracia.

Na França, Alain Touraine havia elaborado a noção de “novos movimentos sociais”, pensados como o prolongamento na sociedade pós-industrial de um modelo de análise da ação coletiva próprio da sociedade industrial. Os “novos movimentos sociais”, formados por mulheres, ambientalistas e estudantes, deveriam ter a mesma importância na nova sociedade nascente, pensava ele, que teve o movimento operário na sociedade industrial.¹

Em fins dos anos oitenta, o esgotamento do tema dos “novos movimentos sociais” tornou-se uma constatação evidente. Ao mesmo tempo, o objeto da análise sociológica se deslocou. Já não se tratava mais de considerar a face positiva da sociedade pós-industrial, escrutando o dinamismo de uma forma social emergente com seus conflitos próprios. Tratava-se, sim, de interrogar-lhe a face negativa que remetia à decomposição da sociedade industrial.

Em termos mais brutais: tratava-se de examinar a passagem de uma *société* industrial a uma “sociedade” de massa – que, tal como está sendo considerada aqui, é uma *não* sociedade, é um estado da vida coletiva onde, entre o indivíduo e as fontes de poder, não há estruturas autônomas de mediação, negociação e conflito.

Dois trabalhos podem ser referidos como expressão dessa nova tendência. Em seu estudo sobre o terrorismo, e tratando particularmente da experiência européia italiana e basca, Michel Wieviorka² mostrava como, naquele caso, o terrorismo representava a cristalização no tempo de um processo inexorável de *esgotamento* da capacidade reivindicativa, e sobretudo da força contestadora e subversiva do movimento operário, da capacidade do sindicalismo operário de ser o portador de um projeto positivo de transformação social.³

O princípio através do qual seria explicada a *experiência* da juventude das periferias populares francesas é análogo. A noção de “galera” (expressão autóctone, que integrava o vocabulário usual dos jovens das periferias pobres) remete

¹ Especialmente em *La société post-industrielle*, Paris, Denoël, 1969; *Production de la société*, Paris, Seuil, 1973; *La voix et le regard*, Paris, Seuil, 1978 et *Le retour de l'acteur*, Paris, Fayard, 1984.

² Ver *Sociétés et terrorisme*, Paris, Fayard, 1988.

³ Essa tese vem na esteira de uma ampla pesquisa sobre o sindicalismo operário na França, dirigida por Alain Touraine, e onde o declínio da capacidade propositiva do movimento operário já era constatado. Ver (com Michel Wieviorka e François Dubet), *Le mouvement ouvrier*, Paris, Fayard, 1984.

a um estado de in-ação, que François Dubet⁴ explicaria como o resultado da *decomposição* dos mecanismos de integração da juventude operária. A noção de “galera”, de resto, remete muito diretamente à “sociedade de massa”, na acepção a que me referi anteriormente.

Insisto em que esses dois trabalhos definem de certa maneira um modelo de interpretação dos problemas sociais atuais e da vida social contemporânea, através da vertente da decomposição da sociedade industrial. O que implica uma ruptura importante com o tipo de reflexão anterior. Alain Touraine havia de início pensado a sociedade pós-industrial em termos fundamentalmente *positivos* – como a passagem de uma dinâmica de desenvolvimento fundada no progresso industrial a uma outra dinâmica de desenvolvimento, enraizada no campo cultural.⁵

Esse novo dinamismo teria, evidentemente, no desenvolvimento econômico, sua base própria de sustentação. Mas se definiria sobretudo pela força do desenvolvimento científico e tecnológico, bem como pelo papel dos meios de comunicação de massa do ponto de vista da integração cultural, etc. Os novos conflitos sociais se construiriam no interior desse campo cultural emergente.

Pensar a decomposição da sociedade industrial era algo muito diferente e, sobretudo, não se informava sobre o que estava nascendo. Ao mesmo tempo, o que levou a pensar a decomposição foi a própria *crise* da ação coletiva, o rápido esgotamento dos (novos) movimentos sociais que se haviam formado nos anos 70, na esteira das lutas estudantis da década anterior. Para uma corrente intelectual que se havia formado através da valorização da ação coletiva como instrumento central de análise da vida social, a crise da ação coletiva induziu também, de certa maneira, uma crise intelectual.

No caso do Brasil, uma coisa parecida se verifica, embora sob outras formas. Ao longo dos anos oitenta, o país ingressou em um processo de democratização paulatina. Simultaneamente ocorreu um esgotamento da reflexão intelectual que havia sustentado o processo de redemocratização, em simbiose com o renascimento de lutas coletivas – tanto no campo, quanto nas cidades, onde se formaram, desde fins dos anos 70, importantes movimentos urbanos e sindicais.

Três aspectos principais devem, neste caso, ser sublinhados. A reflexão intelectual se debilitou, no momento da entrada na democracia, em primeiro lugar por razões materiais. Em um país jovem, com elites frágeis, a separação entre o mundo acadêmico, onde a atividade intelectual é produzida, e o mundo da política, é uma separação precária. O deslocamento ao longo dos anos oitenta de quadros universitários e de centros de pesquisa para a política ocasionou um

⁴ Ver *La Galère. Jeunes en survie*. Paris, Fayard, 1987.

⁵ Ver *La société postindustrielle*, op cit.

empobrecimento da vida intelectual.

Por outro lado, a vida intelectual e a vida política, que haviam caminhado juntas durante a resistência à ditadura, separaram-se e de certa maneira entraram em conflito. Muitos intelectuais, ao passar à gestão da vida pública, assumiram a defesa incondicional dos interesses do Estado. Muitos movimentos se engajaram, por seu lado, em uma lógica corporativista, recusando-se a levar em consideração as possibilidades efetivas do Estado em satisfazer suas reivindicações. Ao mesmo tempo, observou-se o esgotamento progressivo de certas formas de ação coletiva que haviam sido gestadas no meio urbano no período anterior.

A “particularidade” brasileira, nesse contexto geral definido pelo debilitamento dos movimentos sociais, é a persistência, no campo, ao longo de todos esses anos, e mesmo o fortalecimento de um movimento social importante, fundamentalmente democrático do ponto de vista das suas reivindicações (em que pese a adoção ocasional de uma linguagem revolucionária): o movimento dos trabalhadores sem terra, MST.

A consolidação do MST, em um contexto mais geral definido pelo esgotamento do movimento sindical nas cidades e dos movimentos populares urbanos, é um fenômeno sugestivo. Ele informa, de certa maneira, sobre o que estava ocorrendo nas cidades. Ele permite formular a idéia de que, se a luta persiste no campo, é porque a natureza dos problemas no campo não mudou; ao passo que, se ela se esgotou na cidade, é porque a natureza dos problemas na cidade mudou. E, de fato, se a democracia permitiu ampliar a luta no campo e dar a ela uma maior visibilidade, na cidade, ao contrário, ela teve efeitos devastadores sobre a capacidade de ação coletiva e os movimentos sociais.

É preciso acrescentar um último elemento a esse quadro introdutório geral. Um tema forte é, portanto, durante os anos 80, tanto no caso da França quanto no do Brasil, o debilitamento dos movimentos sociais que induz, em certa medida, uma *crise* das categorias de análise da vida social. Mas há também, na virada dos anos 80/90, duas novidades importantes que é preciso assinalar. Primeiro, ganhou força a idéia de que se observa hoje uma mudança nas condições gerais de produção da individualidade. Segundo, num registro completamente diferente, que é o dos fenômenos empíricos observáveis, cresceu a importância do tema da violência que, de certa maneira, acabou por substituir o da ação coletiva e dos movimentos sociais.

Em julho de 1989, em um colóquio sobre movimentos sociais realizado na Universidade de São Paulo, Alain Touraine referiu-se pela primeira vez publicamente, eu creio, à idéia de que a categoria de análise *classes sociais* era para ele uma categoria sem mais nenhuma serventia; e que o problema da nova sociedade emergente era o das relações possíveis de serem estabelecidas entre um *sujeito pessoal* (categoria de análise da individualidade) e os *movimentos sociais* (categoria de análise da ação coletiva).

Todo o trabalho empreendido por Touraine nos anos 90 inscreveu-se nessa linha de preocupação. No entanto, para realizá-lo, ele de certa maneira se distanciou da sociologia e da análise dos problemas concretos da vida social, para situar-se num plano de grande generalidade, que era o dos debates sobre a modernidade – exatamente na medida em que a modernidade constitui, por oposição à tradição, o espaço próprio de produção da individualidade, o campo próprio de emergência do indivíduo enquanto categoria de análise da experiência humana.⁶

Em um registro mais diretamente sociológico, François Dubet publicou em 1994 um livro teórico sobre um tema latente em seus trabalhos anteriores, o da “experiência”.⁷ A “experiência” era, para ele, a maneira como o indivíduo organizava sua relação com o mundo, através de três lógicas principais: uma lógica “estratégica”, de mobilização de recursos, tendo em vista determinados fins; uma lógica de “integração” a um grupo de referência, ou a uma coletividade determinada; e uma terceira lógica, auto-referencial, que era a aspiração a situar-se no mundo enquanto sujeito autônomo – e que Dubet designou através do termo de “subjetivação”. A subjetivação é, em outras palavras, o processo de produção, por um indivíduo qualquer, das condições da sua própria autonomia.

Trata-se aqui, evidentemente, não de fazer o balanço completo de uma história intelectual, mas de fixar os termos de uma problemática na qual se insere minha reflexão sobre a violência, preparando a apresentação de uma noção que fui levada a mobilizar em meu próprio trabalho nesses últimos anos, e que é a noção de *sociedade de risco*. Essa noção está intrinsecamente ligada ao problema das novas condições de produção da individualidade na sociedade contemporânea, e pertence a uma outra matriz teórica, que é a do grupo hoje liderado, na Inglaterra, por Anthony Giddens, o qual relançou no mercado de idéias, com muita força, a noção de *reflexividade* como atributo da experiência individual e coletiva.

A expressão *sociedade de risco* foi, na verdade, cunhada por Ulrich Beck, sociólogo alemão de sensibilidade ambientalista⁸. Mas todo o trabalho de Beck foi, em seguida, adotado e incorporado ao debate inglês, através de Giddens. E, embora Beck seja quase um desconhecido para os franceses, ele se tornou muito conhecido na Inglaterra, onde praticamente todos os seus livros foram traduzidos.

Mas, antes de entrar na discussão sobre a sociedade de risco, preciso voltar rapidamente àquilo que designei como a segunda grande “novidade” dos anos 90, que é a força com que, no âmbito dos fenômenos empíricos observáveis, o tema da violência entra no debate intelectual. Apesar das enormes diferenças entre os

⁶ Ver *Critique de la modernité*, Paris, Fayard, 1992, primeiro de uma série de trabalhos nessa direção.

⁷ Ver *Sociologie de l'expérience*, Paris, Seuil, 1994, para o qual há também edição portuguesa.

⁸ Ver *Risk Society. Towards a New Modernity*. Londres, Sage Publications, 1994.

dois países, isso é verdade tanto na França quanto no Brasil. Nos dois países, também, é possível estabelecer um vínculo entre uma sociologia dos movimentos sociais e uma sociologia da violência contemporânea (sobretudo urbana e juvenil). Muitos antigos estudiosos dos movimentos sociais, nos dois países, tornaram-se estudiosos da violência: como se, de alguma maneira, intuitivamente até, acreditassem que havia, por trás da violência, significados não completamente decodificados e que esses significados tinham alguma coisa a ver com o problema da ação coletiva e dos movimentos sociais.⁹

2. SOCIEDADE DE RISCO E VIOLÊNCIA

Depois dessa longa introdução, fica mais fácil para mim falar sobre as relações possíveis entre um fenômeno empírico multiforme e uma noção polissêmica, como são o fenômeno e a noção de violência; e a idéia de *sociedade de risco*, que é uma das inúmeras designações possíveis de serem empregadas hoje para se referir a um tipo de sociedade emergente, ou a algumas características particulares de um tipo de sociedade emergente, cujos traços mais gerais não estão ainda totalmente definidos.

É possível falar de “sociedade de risco”, como se fala de “sociedade pós-industrial”, “programada”, ou de “sociedade de comunicação” ou “sociedade de massa” – cada um desses termos procurando indicar algumas características particulares de formas sociais emergentes. Nesse sentido, cada um dos termos a que me referi nos diz mais sobre a maneira como o sociólogo agarra o problema que pretende analisar, do que sobre traços definitivamente fixados de um tipo societal.

A noção de “sociedade de risco” tem um estatuto próximo daquilo que se designa como uma teoria de médio porte. As teorias de médio porte, de certo modo, marcam os limites da nossa reflexão teórica em um momento dado; mas elas refletem também um certo estado do desenvolvimento social, em momentos em que a rapidez dos processos de mudança impede que a vida social tenha uma legibilidade completa. Apesar dos seus limites, ela ajuda a compreender aspectos importantes da vida social.

⁹ O exemplo mais significativo, no caso brasileiro, é sem dúvida o da antropóloga Alba Zaluar que, no começo dos anos oitenta quis estudar as formas de associação dos moradores de um conjunto habitacional da periferia pobre do Rio de Janeiro, *Cidade de Deus*, e viu-se a braços com a temática incontornável do crime, que nunca mais abandonou desde então. Ver *A máquina e a revolta. As organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo, Brasiliense, 1985. (A «máquina» era localmente a expressão utilizada para designar o revolver.)

Vou começar pelo tema da violência. A violência pela qual eu me interessei mais particularmente foi a do jovem. Trabalhei com a noção de juventude a partir de uma concepção analítica muito pouco formalizada, menos descritiva do que definida em termos de oposições significativas: jovem, numa concepção desse tipo, é o que se opõe ao velho, é o emergente. É também aquilo que é culturalmente valorizado na nossa sociedade (onde todos queremos ser jovens); mas é também, hoje, quando se trata de problemas de violência, uma categoria social diabolizada. Em vários países do mundo, há uma espécie de consenso quanto ao fato de que a violência estaria se *juvenizando*: isto é, há um consenso quanto ao fato de que ela se refere cada vez mais a um grupo etário particular.

É possível arguir quanto aos limites dessa constatação: de um lado, nem todos os jovens comportam-se de maneira violenta; de outro, nem toda violência é cometida por jovens. Entretanto, apesar do peso desse argumento, a verdade é que, em muitos lugares, a sociedade se mostra especialmente sensível à violência cometida por jovens – menos talvez pelo significado intrínseco do próprio ato violento, e mais pelo fato de serem jovens os que o cometeram – o que remete, de certa maneira, a algumas modificações fundamentais no âmbito das relações entre adultos e jovens na sociedade contemporânea. Essa relação é às vezes tão estreita que a definição do que é “violência” e a definição do que é ser “jovem” terminam quase por confundir-se.

É o caso na França, penso, onde a oposição jovem x adulto, sem poder ser generalizada, adquiriu no entanto uma força considerável, sobretudo nos meios populares. “Adulto”, para um jovem das periferias urbanas francesas, não é uma categoria das relações intra-familiares ou privadas. É uma categoria que se refere ao espaço público, e uma definição institucional. O “adulto” é, por exemplo, aquele que, na escola, tem o poder de incluir ou de excluir. É também aquele que dispõe de recursos para consumir. Tem o poder de distribuir certos benefícios sociais, que são um atributo do Estado. Etc. A oposição adulto x jovem, nos meios populares franceses, tem hoje quase o estatuto de uma oposição de classes.

No caso do Brasil, a oposição é talvez menos acentuada, mas ela existe também: o adulto representa a ordem, e o jovem a desordem; mas, sobretudo, o jovem constrói sua experiência, ou sua relação com o mundo, em termos radicalmente diferentes daqueles que definiram a experiência do adulto.

Nos dois países, dois traços marcam sobretudo essa diferença: a relação com o trabalho e a relação com a escola. A entrada no mundo do trabalho é retardada, e deixa de ser funcional do ponto de vista da construção da identidade; a relação com a escola é prolongada – e isso tem uma incidência direta no prolongamento de uma identidade diretamente definida em termos de juventude.

A violência juvenil é no entanto muito diferente, em cada um dos casos considerados. O fato mais marcante, na experiência brasileira, foi o crescimento

exponencial, nos últimos 15 a 20 anos, das taxas de homicídio, que hoje situam-se entre as mais altas do mundo (23 por 100 mil habitantes) e os jovens são suas vítimas preferenciais. A França, ao contrário, tem índices de homicídio extremamente baixos, mas seus índices de suicídio, conforme estudos realizados pelo Instituto Nacional de Estatística e Pesquisa Médica (INSERM) situam-se em uma faixa comparável às taxas de homicídio brasileiras. Entretanto, embora as taxas de suicídio entre jovens venham crescendo, não é entre eles que são mais elevadas.

O grande tema, no que se refere à violência juvenil, na França, é o das *incivildades* – tema que marca de certo modo a ruptura, ou a inversão do processo de civilização dos costumes, tal como foi analisado por Norberto Elias. Trata-se de um tema muito sensível e surpreendente, em uma sociedade onde os indivíduos realmente se habituaram a interiorizar sua própria agressividade, mais do que a exteriorizá-la. No caso do Brasil, o grande tema é o do *crime* e da juvenização do crime – fenômeno que alcançou uma amplitude considerável, sobretudo em alguns grandes centros urbanos brasileiros.

Não vou pôder abordar detalhadamente essa questão da incivildade na França, e do crime no Brasil, porque gostaria de dedicar um certo tempo à análise do tema da *sociedade de risco*. Sobre a violência, direi então apenas duas coisas.

Primeiro: há relações estreitas entre a incivildade e o crime. No caso da França, muitos atos criminosos – inclusive homicídios, cujas taxas têm sofrido um crescimento importante entre os menores, desde o começo da década de 1990 – muitos atos criminosos constituem o prolongamento natural de condutas agressivas e “incivis”. No caso do Brasil, o crime muitas vezes encobre e sustenta manifestações de incivildade. Segundo – e essa é a minha principal hipótese de trabalho – a incivildade e o crime hoje em parte constituem os operacionalizadores de uma forma de revolta proto-política, que não consegue inscrever-se no espaço público sob formas propriamente políticas.

Considerada em termos históricos, essa hipótese nada tem de original. Na França, Louis Chevalier deu amplitude e repercussão à noção de “classes perigosas”, característica do começo do século 19¹⁰. As “classes perigosas” a que ele se refere são as antecessoras das classes laboriosas, definidas pela capacidade de estruturação de um conflito social – capacidade que falta às primeiras. Na experiência das “classes perigosas”, justamente, a revolta e o crime são inseparáveis.

Se considerarmos que essa hipótese tem alguma verosimilhança, se aplicada aos dias de hoje, o estudo da violência permitiria assim explicar as relações entre esse fenômeno, analisado na sua especificidade própria, e o declínio dos movimentos sociais. A violência aparece aqui como aquilo que as antigas formas

¹⁰ Ver *Classes laborieuses et classes dangereuses*, Paris, Hachette, 1984.

políticas já não conseguem tratar; e também como prenunciadora de novos conflitos ainda não completamente explicitados em suas formas próprias – e isso em razão da indeterminação relativa em que ainda se encontra a vida social contemporânea. Ao dizer isso, não se trata de confundir conflito e crime, mas de constatar que essas duas dimensões da experiência humana são hoje, mais do que no passado, dificilmente separáveis.

Duas lógicas principais parecem combinar-se hoje na violência juvenil, mais além das formas particulares (da incivilidade ou do crime) que essa violência assume. Primeiro, a violência supõe, quase sempre, um engajamento individual em situações de risco, e o medo é uma categoria fundamental desse engajamento. A violência é aqui, em grande medida, de natureza reativa. O engajamento na violência é suscitado pelo medo – que é sobretudo um sentimento difuso e pode ser remetido a várias situações concretas, mas que, em última análise, expressa a contradição entre a responsabilidade cultural, interiorizada por cada indivíduo, de tornar-se um sujeito autônomo; e a indisponibilidade dos recursos materiais e culturais que lhe permitiriam assumir em termos concretos essa responsabilidade.

Um tema forte na experiência juvenil, vista nessa perspectiva, é o da *vergonha* – vergonha de não ser autônomo, de não ser responsável por si mesmo, ou de ser visto negativamente, como não autônomo, pelos demais. Esse medo difuso faz com que a violência seja também percebida como uma categoria geral e indeterminada. A violência é tudo que me impede de aparecer, diante de mim mesmo, e diante dos outros, como um sujeito autônomo. E a única resposta possível à violência é a própria violência.

Segundo, a violência se apóia, simultaneamente, em processos de sectarização, através dos quais é reconstituído, em bases infra-sociais, um princípio de ordem coletiva e social. Essas “seitas” – e estou utilizando a expressão em sentido amplo e indeterminado – constituem um espaço de proteção, que a sociedade enquanto tal já não consegue oferecer ao indivíduo. O que é interessante, com relação a elas, é que funcionam geralmente em bases fusionais e, nesse sentido, representam uma negação da autonomia individual, pleiteada pela via do engajamento em condutas de risco.

Ora, essas duas lógicas não estão ligadas apenas na violência juvenil. Elas apontam também para uma configuração geral da sociedade contemporânea, que a noção de *sociedade de risco*, originalmente formulada por Beck, ajuda a compreender. Nessa nova configuração, dois elementos importantes ressaltam: o primeiro é o da nova importância, enquanto elemento de formação de um conflito social, do tema da defesa da autonomia individual; o segundo é o do debilitamento da ordem social, que remete à necessidade da reconstituição, em bases infra-sociais, de um princípio de ordem.

Vou retomar aqui, de forma muito simplificada, o argumento de Beck, ao

formular a noção de *sociedade de risco*. Para ele, a sociedade de risco corresponde à etapa atual do nosso desenvolvimento e à forma atual da nossa modernidade. Ela pressupõe um modo de desenvolvimento definido pela autonomia crescente da racionalidade científica, tecnológica e econômica; e por uma individualização crescente da experiência social. De um lado, o processo de racionalização é produtor de riscos dificilmente controláveis – riscos para o meio ambiente, por exemplo; mas também riscos de desemprego, ligados à racionalização da produção econômica. De outro lado, a individualização crescente da vida social torna os indivíduos mais frágeis para resistir a esses riscos que os ameaçam e que supõem, evidentemente, uma capacidade de resistência coletiva. Entre essas duas lógicas, diz Beck, se inscreve o medo; e quando o medo suscita uma resistência coletiva, observa-se a formação do que ele chama de “a comunidade das vítimas”.

Essa representação geral da vida social contemporânea corresponde muito diretamente àquilo que é possível observar quando se estuda, como foi o meu caso, as lógicas de engajamento dos jovens na violência. O medo pode suscitar lutas políticas de resistência. Mas ele pode também suscitar o engajamento em condutas violentas, ali onde a polícia não aparece como um recurso possível.

Isso significa também que muitos temas novos e emergentes escapam hoje ao campo da política. Em parte, porque o medo de que falo aqui não se refere apenas a riscos objetivos, mas também àqueles que são diretamente derivados das novas condições de produção da individualidade na sociedade contemporânea. Nessas novas condições, o indivíduo é muito mais “livre” – mas ele é também muito mais desprotegido. Essa liberdade remete aos traços mais gerais do que estou chamando aqui, no prolongamento do pensamento de Beck, de “sociedade de risco” – e da qual destacarei três traços principais.

1) A sociedade de risco é uma sociedade onde o trabalho, pelo menos em sua forma assalariada clássica, deixa de ser o motor do desenvolvimento, para nela ocupar um lugar contingente e secundário. Nós já aprendemos o quanto o desenvolvimento científico e tecnológico são capazes de dispensar trabalho humano. Nas novas condições, o trabalho (assalariado) só subsiste, ou como uma referência negativa (como desemprego), ou como trabalho precário, que é uma outra expressão do seu lugar contingente no desenvolvimento social. Sob essa última forma, ele constitui uma relação particular entre o indivíduo e o mercado – isto é, passa a ser para o indivíduo uma forma de mobilização de recursos que lhe permite viabilizar certos projetos pessoais (inclusive, é certo, projetos criadores de trabalho). Mas deixa de ser um elemento central modelador da vida social. Seu significado deixa de ser fundamentalmente coletivo, no sentido de que ele deixa de ter implicações importantes do ponto de vista da constituição de uma identidade coletiva, como foi o caso do trabalho operário. Esse significado torna-se fundamentalmente individual.

2) A sociedade de risco é uma sociedade onde o mundo da moral e das normas, que foi um elemento fundamental de regulação das atitudes e comportamentos na sociedade moderna, se debilita, desaparece ou se transforma profundamente. A França comemorou com muita ênfase os trinta anos do movimento de maio de 68. Ora, a revolução de maio de 68 foi uma revolução cultural, que visou, em grande medida, a liberação dos costumes e a flexibilização das normas que regulavam os comportamentos. Ela começou em Nanterre, com uma reivindicação de que rapazes e moças pudessem circular livremente entre seus respectivos alojamentos. Até ali, na França, a maioria das escolas separavam meninos e meninas. Hoje essa revolução liberal, que atingiu os costumes, pode ser considerada como completamente vitoriosa – embora, sob vários aspectos ainda, ela se depare com resistências conservadoras. Mas, no essencial, é possível dizer que nós vivemos em sociedades definidas por um espectro muito mais amplo do que no passado, no que se refere aos comportamentos suscetíveis de serem socialmente aceitos como legítimos. Há muito menos modelos do que no passado, muito mais diversidade e muito mais tolerância também. A norma, estrito senso, é uma categoria que desapareceu – posto que por definição ela tem um sentido universal, e portanto incompatível com a diversidade contemporânea.

Essa revolução liberal contribuiu também para liquidar um outro princípio fundamental sobre o qual assentava a ordem moderna, a separação entre o “normal” e o “patológico”. Se não há mais norma, também não há mais “normalidade” (adequação à norma), nem tampouco “patologia” (desvio com relação à norma). Esse fenômeno tem uma incidência extremamente importante sobre as condições de produção da individualidade na sociedade contemporânea. Para a sociologia clássica, a de Durkheim, ou a de Parsons, um indivíduo é tanto mais autônomo quanto mais socializado – isto é, quanto mais houver interiorizado as regras da vida coletiva, que ele pode acatar ou delas ao contrário divergir. Hoje, o desaparecimento das normas transforma o significado da autonomia individual: autônomo é o indivíduo capaz de produzir o sentido da sua própria vida, em um tempo cuja finitude é inexorável, porque balizado pelo nascimento e pela morte.¹¹

3) A sociedade de risco é, por fim, uma sociedade democrática. E eu evoco aqui a noção de democracia em dois dos seus significados principais: a democracia é um modelo político liberal. Na França, Claude Lefort evocou a imagem da cadeira vazia, para indicar o quanto a democracia pressupõe uma ruptura com o

¹¹ Gilles Lipovetsky chama a atenção sobre a importância da ótica liberal e auto-referencial, enquanto princípio de regulação das relações humanas na sociedade contemporânea: não faço mal ao outro, não tanto por referir-me a regras de moralidade, mas a um princípio ético que me obriga a não agir em contradição com a maneira como gostaria que agissem para comigo. Ver *Le crépuscule du devoir. L'éthique indolore des nouveaux temps démocratiques*. Paris, Gallimard, 1992.

voluntarismo de Estado.¹² Mas a democracia pressupõe também o crescimento da igualdade social, e essa é justamente uma característica da sociedade contemporânea, onde, não obstante a importância dos temas do desemprego e da precarização do trabalho, cresce simultaneamente a participação individual em todos os níveis da vida social – participação no consumo, mas também na educação ou na cultura, ao mesmo tempo em que os mecanismos de segmentação e hierarquização social se enfraquecem.

Os três aspectos aqui evocados são, de certo modo, positivos. Mas eles delineiam novos problemas e dificuldades do ponto de vista da construção da autonomia individual, e das relações entre demandas individuais e ação coletiva. E isso, me parece, por duas razões complementares.

A primeira é que, nessa nova sociedade, ordem e poder se separam e o poder se inscreve diretamente nos processos de mudança e nas lógicas de desenvolvimento. Na verdade, a modernidade sempre conteve um elemento de modernização, de mudança, e de abertura para o futuro e o desconhecido. Mas a esse elemento se combinava um princípio de ordem, definido em termos de racionalidade normativa, e pelo apelo ao passado e à continuidade de uma coletividade dada. A modernidade é, de certo modo (e isso é um problema central no pensamento de Hannah Arendt), uma relação instável de equilíbrio entre o passado e o futuro.¹³ É pela abertura para o futuro que nós nos definimos como modernos (e Portugal teve nisso, historicamente, um papel central, na medida em que ampliou e redesenhou as fronteiras do mundo). Mas é também pela referência ao passado, diz Hannah Arendt, que nós asseguramos a continuidade do mundo, posto que a memória é um elemento central de ordenamento da vida coletiva.

A ordem moderna era, certamente, a expressão de um poder e o lugar de exercício de uma dominação; mas era também o lugar de formação de movimentos sociais e de movimentos de contestação. Eu estou convencida, depois de haver estudado essa questão de forma muito longa e detalhada, através de verdadeiras pesquisas empíricas, que uma parte considerável da violência contemporânea deriva do fato de que a ordem deixou de ser necessária para o exercício do poder. E esse fato não apenas alarga o espaço da violência, mas torna mais difícil a construção dos conflitos sociais, que emergem em um espaço aberto, e não mais, como no passado, em um espaço de fronteiras delimitadas.

A segunda dificuldade está ligada à própria experiência democrática e ao crescimento da participação individual, ou à redução das desigualdades sociais, que são inerentes à democracia. Norberto Bobbio disse em um de seus ensaios,

¹² Ver *L'invention démocratique*, Paris, Fayard, 1994.

¹³ Ver por exemplo *La crise de la culture*, Paris, Gallimard, 1972.

sobre a direita e a esquerda, que a esquerda se definia classicamente pela defesa da igualdade e a direita, pela defesa das diferenças¹⁴. Creio que essa questão precisa pelo menos ser repensada. Porque hoje, é através da democratização do acesso ao consumo, à cultura e à escolarização longa que, nas nossas sociedades, se exerce a influência dos grandes aparelhos do desenvolvimento científico, tecnológico e econômico sobre a vida social. O crescimento da participação se inscreve assim em uma lógica geral do funcionamento social. Em contrapartida, produzir-se enquanto indivíduo é produzir uma diferença, fundada em uma historicidade individual – a memória dos indivíduos no que se refere às suas origens, que é um dos materiais mais importantes com que eles construirão a sua relação com o futuro.

A dificuldade na estruturação de novos conflitos sociais expressos sob formas propriamente políticas é reveladora das dificuldades a que antes me referi, de articulação entre demandas individuais e ação coletiva. Nessas condições, muitas demandas individuais passam a ser objeto de escolhas de tipo puramente estratégico, inclusive aquelas que desembocam em condutas violentas. A produção da autonomia individual é vista como o resultado do engajamento em uma situação de risco e assumir o risco torna-se legítimo, do ponto de vista de um valor fundamental, que é a defesa da autonomia individual.

Vou concluir dizendo o seguinte. Pretendi afirmar aqui que certas expressões da violência contemporânea são inerentes ao estado de desenvolvimento da nossa vida social atual, e que elas ajudam a pensar certas características da nossa sociedade onde a importância do risco, enquanto elemento de estruturação da experiência individual, torna-se muito maior do que no passado. O risco deriva das novas formas de desenvolvimento econômico, científico e tecnológico; mas ele deriva também do abandono dos princípios de ordem que constituíram o fundamento da modernidade. Acredito que reduzir a violência e construir novos princípios de ordem, pautados no respeito da liberdade e da diversidade individual, são duas faces do mesmo problema. Isso significa também favorecer a autonomia dos indivíduos e a expressão das suas diferenças.

¹⁴ Ver *Droite et gauche. Essai sur une distinction politique*. Paris, Seuil, 1996.